

Por Territórios Antirracistas:

**Um Manual do
Festival Afro de
Juventude e Cidadania**





FESTIVAL AFRO DE JUVENTUDE E CIDADANIA

Por Territórios Antirracistas:

Um Manual do Festival Afro de Juventude e Cidadania

Organização:

Larissa da Silva Fontana
Josivete Pereira da Silva

Autores:

Larissa da Silva Fontana
Josivete Pereira da Silva
Sylas Aguilar
Roberto Almeida de Oliveira
Gal Martins
Victor Rinaldi

Edição e revisão:

Sara Puerta e Patrícia Larsen

Identidade Visual e Diagramação:

Fabio Almeida

Festival Afro de Juventude e Cidadania

Equipe:

Larissa da Silva Fontana - Coordenação Executiva
Josivete Pereira da Silva - Coordenação Administrativa
Iago Montalvão - Secretária Executiva
Caio Tanaka - Assistência Administrativa
Gal Martins - Coordenação Pedagógica
Camila Christina Bezerra Soares - Agente Educacional
Danilo Santana da Silva - Agente Educacional
Victor Rinaldi - Agente de Ação Social
Sara Puerta e Patrícia Larsen - Comunicação e Assessoria de Imprensa
Pablo Cabral - Web Designer

Alexsandro do Nascimento Santos - Professor
Elaine Dos Santos Teotonio Farias - Professora
Larissa da Silva Fontana - Professora
Maria Aparecida Costa dos Santos - Professora
Karine dos Santos Oliveira - Professora
Bruno Mariston Passos Barreto - Professor

Realização:

Centro de Estudos e Memória da Juventude
Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania de São Paulo

Co-realização:

Unegro - União de Negras e Negros pela Igualdade

Apoio:

Mandato Dep. Estadual de SP Leci Brandão
Instituto AfroPira
Instituto Proara
UNEGRO de Americana- Feira AmeriAfro de Americana
Unegro Santo André
Feira AfroAyê de Santo André

Apoio:



Equipe - Festival Afro de Juventude e Cidadania





Festival Afro de Juventude e Cidadania: promover o engajamento comunitário negro e a cultura afrobrasileira em defesa das juventudes paulistas

Texto por: Larissa da Silva Fontana¹ e Josivete Pereira da Silva²

O projeto “**Festival Afro de Juventude e Cidadania**” organizou um circuito de eventos presenciais e formações online que discutiram o acesso da juventude negra à justiça, cidadania, trabalho e direitos humanos a partir de diferentes atividades e abordagens, a fim de contribuir com a articulação da juventude e da UNEGRO do Estado de São Paulo na defesa dos Direitos Humanos e no enfrentamento ao racismo, especialmente no que tange ao desenvolvimento de jovens negras e negros paulistas.

O projeto foi realizado pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) e pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, em co-realização com a UNEGRO (União de Negros e Negras pela Igualdade), a partir de emenda impositiva destinada pelo mandato da deputada Leci Brandão, grande ícone do samba e defensora da cultura afrobrasileira. Para desenvolver as atividades, e contou ainda com

o apoio da UNEGRO de Americana e Santo André - realizadoras respectivamente das feiras AmeriAfro e AfroAyê, e nas cidades de São Carlos e Piracicaba as respectivas realizações ficaram com os institutos Proara e AfroPira

Ao longo de 2024, construímos diferentes ações para equipar indivíduos com as ferramentas possíveis para entender e transformar as realidades complexas enfrentadas pelas juventudes negras no Estado de São Paulo que, sendo o estado mais populoso e diversificado do Brasil, enfrenta desafios únicos relacionados à raça, desigualdade e justiça social.

Acreditamos que fortalecer ações comunitárias nos/dos territórios, construir abordagens múltiplas, lúdicas e decoloniais a partir das demandas locais, além de produzir e disseminar ferramentas teóricas e analíticas de combate ao racismo, são ações que podem contribuir para formar cidadãos, informá-los e engajá-los politicamente. Por isso, fomentamos - em todas as nossas atividades - a participação ativa das populações negras, especialmente das juventudes negras, na política e na sociedade. A nosso ver, isso é essencial para promover mudanças estruturais significativas na construção de sociedades mais igualitárias e sustentáveis.

¹**Larissa da Silva Fontana** é paranaense, tem 27 anos e atua como pesquisadora, ativista e gestora de projetos sociais para juventudes. Secretária Executiva do Em Movimento e Coordenadora Executiva no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). É Conselheira Nacional de Juventude no CONJUVE (2024-2026) e conselheira municipal de Juventude em Campinas (2024-2025). Tem licenciatura em Letras pela UNIOESTE, mestrado em Linguística pela UNICAMP e MBA em Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto pelo Instituto Legado. Atualmente, é doutoranda em Linguística na Unicamp, com pesquisa sobre questões de gênero, raça e geração no discurso político brasileiro.

²**Josivete Pereira da Silva:** paulistana, descendente de nordestinos afro-indígenas, 53 anos, atua nas áreas da Cultura Corporal de Movimento- Dança e Treinamento Físico, cicloartista e pesquisadora da mobilidade ativa de bicicleta com enfoque de Território-Gênero-Raça. Publicações: Mulheres Negras Profas. de Ed Física (2020), Mobilidade Antirracista(Fundação a Rosa Luxemburgo-2021), Mobilidades Desiguais(Unifesp-Campus ZL- SP, 2022). Desenvolve Gestão e Produção Cultural com as áreas :Arte-Educação Corporal- Saúde- Mobilidade - Cultura. Pós em Arte Integrativa(Universidade Anhembi-Morumbi), Extensão em Mediação de Cultura e Arte(Itaú Cultural),Graduada em Ed. Física(UNISA). Diretora-fundadora do Pedal na Quebrada SP, Diretora-presidenta da União de Ciclistas do Brasil, Conselheira da Ciclocidade-SP. Atua como co-diretora e criadora-intérprete em Dança Contemporânea na Ouvindo Passos Cia de Dança-SP , e intérprete no Núcleo Pé de Zamba-SP

Etapas

a. Eventos Presenciais

A primeira etapa do projeto organizou encontros presenciais que congregaram cultura, educação, lazer, arte e empreendedorismo negro voltados para a população negra de algumas cidades do interior do Estado de São Paulo. Entre julho e setembro de 2024, realizamos 4 eventos nas cidades de São Carlos, Santo André, Americana e Piracicaba. A fim de fortalecer as feiras afros já existentes nesses territórios, nossos esforços, direcionamentos e recursos somaram-se às ações das UNEGRO em Americana, Santo André e São Carlos e suas lideranças, juntamente com apoiadores da UNEGRO, como tem sido o Instituto AfroPira de Piracicaba, em uma estratégia conjunta voltada à mobilizar os jovens das regiões a participarem das atividades que discutiram a cidadania da juventude negra a partir de diferentes abordagens e formatos: mini cursos, debates, oficinas e atividades culturais, tudo dentro das feiras Afros.

Eventos Presenciais edificaram o Festival Afro de Juventude e Cidadania

A pré-produção dos eventos presenciais do Festival Afro de Juventude e Cidadania foi marcada por reuniões virtuais da Governança com as representações executivas das cidades de Americana, Santo André, São Carlos e Piracicaba, em meados de março objetivando o cumprimento do cronograma acordado para a realização das atividades entre julho e agosto de 2024.

Buscando promover o diálogo, a troca de experiências, o aprendizado e protagonismo das organizações e juventudes negras através do fortalecimento da Cultura Afro-brasileira, em sua pluralidade e diversidade de representações - música, danças, cultura tradicional, literatura, empreendedorismo negro, literatura, rodas de conversa, culinárias negras e artesanatos -, nos somamos ao movimento negro através das representações regionais da UNEGRO e organizações parceiras locais para construir esses eventos que foram construídos junto à governança do projeto.

Fomentar e implementar ações como feiras, festivais e saraus da Cultura Afro-brasileira foi a proposta do projeto Festival Afro de Juventude e Cidadania em que a visibilidade do fazer empírico somou-se ao embasamento teórico, prospectando futuros promissores à continuidade de ações como as executadas.

Apresentamos a seguir uma síntese dos eventos presenciais, apontando singularidades, pluralidades, similaridades, diversidades e a força do coletivo em torno de propósitos de crescimento e expansão da Cultura Afro-brasileira como forma de apoiar e incentivar a garantia de direitos das juventudes negras no Estado de São Paulo.



AmeriAfro (Americana - 20 de julho de 2024)

Americana abriu o cronograma com a Feira AmeriAfro, idealizada e gerida pela UNEGRO de Americana, cidade do interior paulista. O evento aconteceu no CIVI - Centro de Integração e Valorização do Idoso, localizado na região central da cidade, apresentando uma feira vibrante, bem organizada, com público presente por todo o período do evento e a participação da juventude negra da produção à execução, demarcando o papel das novas gerações na preservação das tradições, o que agregou à pluralidade e diversidade do evento, princípios fomentados pelo Festival Afro de Juventude e Cidadania.

Com o recurso financeiro implementado na feira, a qualificação na contratação da equipe operacional e da infraestrutura, junto à valorização de artistas, palestrantes e mestra de cerimônia, foram aspectos positivos observados pela organização da feira e vivenciada pelo público participante, pois viabilizou inúmeras atrações culturais, artísticas, rodas de conversa e expositores que estiveram atuantes ao longo das 10 horas de evento.

Abrindo a AmeriAfro, o maracatu percutiu em uma grande e estrondosa sonoridade e movimento coletivo, fortalecendo as raízes que ao longo de todo o evento foram se apresentando em inúmeras manifestações culturais, artísticas e roda de conversa. As infâncias presentes na roda de capoeira deram um tom de continuidade ao legado da cultura tradicional, iluminando o esperançar por caminhos da luta antirracista através da malemolência gingada, ao som de berimbaus, vozes e palmas reverberando nas atrações que vinham a seguir a força da Cultura Negra que, em solo brasileiro, vem atravessada pelos povos originários.

A juventude, que esteve presente na organização, puxando a roda de conversa e participando das diversas manifestações culturais e artísticas, foi, nessa edição da AmeriAfro, o sopro de renovação, a presença dos que estão na busca da continuidade histórica da cultura negra em Americana. Como em estado de Sankofa, os que vieram antes continuando a trama corroborado pelos que estão agora, adubando os que virão à frente, plantando legados na força dos territórios e da cultura negra.



Feira AfroAyê

(Santo André - 26 e 27 julho de 2024)

O Cine Theatro de Variedades Carlos Gomes, situado na região central da cidade do ABC Paulista em Santo André, foi palco de dois dias intensos de celebração, comemoração, homenagens, feira de artes e exaltação da Cultura Afro-brasileira.

Sendo a segunda cidade participante do Festival Afro de Juventude e Cidadania, Santo André abriu o primeiro dia do festival com uma inédita homenagem a figuras notáveis do Hip Hop de Santo André, entregando troféus de homenagem à trajetória de nomes importantes dentro das expressões de Bboys, Graffiti, MCs e DJs². A homenagem a personas notórias do hip hop de Santo André sensibilizou homenageados e público, enfatizando a riqueza da cultura hip hop como legado cultural e continuidade da Cultura Afro através de oficinas do hip hop nas linguagens da dança, discotecagem e rap, momento que também incentivou a participação do público no segundo dia de feira.

O segundo dia da feira foi marcado pela ocupação espacial do Cine Theatro com serviços de atendimento ao público, produtos das religiões de matriz afro-brasileira, vestimentas de tecidos africanos, culinária diversa, capoeira, música, discotecagem de música negra, danças e escolas de samba, atividades que consagraram a participação de público presente, diverso e plural que prestigiou toda a programação.

A localização centralizada da Feira AfroAyê dessa edição possibilitou o acesso de um público que desconhecia o segmento, sendo esse um movimento importante quando se elabora eventos de Cultura Negra, o que a organização idealizada e gerida pela UNEGRO de Santo André avaliou como fator importante para tornar ainda mais grandiosa a edição de 2024. Além disso, a atividade se somou ao calendário de eventos Afro na cidade de Santo André.

² A saber: Bboys: Branco com Break em Pé; Graffiti: Popo, Elton, Xande (Gambá), Estives, Cissao (Break em Pé), Badoo, Ricardo, Grafiteiro Rodrigo Smul; DJs: Dj Ric, Dj Mancha, Dj Cabrera, Dj Ale Flash; Mcs/Grafite: Puma e Marcos Davi; Mcs: Pantera, Jubileu, Cissao Man; Mcs Black: Carlão, Original Funkers, Lali, Toninho DJ, Marcão, Calo, Rapper Arnaldo Tifu, Rapper Jhu, Rapper Raoni, J Marinho, DJ Cássio, DJ Agamamu, DJ Edisinho, DJ Edinho, DJ Manu, DJ Alemão, DJ Break, DJ Spaik.





Festival Afro Perifa (São Carlos - 27 De Julho De 2024)

A novidade dentro do Festival Afro de Juventude e Cidadania foi a 1ª Edição do Festival AfroPerifa em São Carlos, realizado no bairro do Jardim Zavaglia, região periférica do Grande Aracy. O evento teve como objetivo descentralizar atividades culturais para acessar o público do território periférico onde o Instituto Proara - co-realizador do evento - está sediado. Para isso, contamos com a parceria da Nave Sal da Terra, que se juntou ao propósito do projeto, através da liderança da UNEGRO de São Carlos, Larissa Camargo.

O Instituto Proara, organizador do Festival Afro Perifa, já desenvolve um trabalho focado nas infâncias e juventudes negras da região do Grande Aracy, o que fortaleceu a participação desse perfil populacional na produção, organização, atuação e participação no evento. As famílias e amigos das crianças e jovens participantes da construção do evento somaram-se às parcerias e apoiadores da atividade, comparecendo em um número expressivo de público para aproveitar as atividades de esporte, jogos, rodas de conversa, música, capoeira, dança, expositores e área de alimentação.

Nas ações do Festival, a cultura afro-periférica foi fomentada a partir do diálogo com as pessoas do próprio território, fortalecendo vínculos e implementando caminhos de sonhos possíveis para as infâncias e juventudes. Como legado, o evento construiu a assinatura da Carta pela Economia solidária, além de sorteio de bolsas de estudos que futuramente irão impactar nas vidas de quem as ganhou.

Entre os principais resultados dessas ações, destacamos principalmente ter contado com a juventude do território na articulação do evento, fomentando a autoestima e valorização do que apresentaram como possibilidades na programação do Festival Afro Perifa de São Carlos. Afetuosidade no ar foi a atmosfera do Festival Afro Perifa, com os semblantes da juventude organizadora juntamente com toda a equipe do evento resplandecendo a alegria e satisfação no sucesso de público e da programação, reverberando a vontade de mais encontros da Cultura Negra, onde o “Nós por Nós” dá o tom do que e de como se fazer cultura com qualidade para o povo negro.

Sarau Saravá

Edição

SARAU SARAVÁ (Piracicaba - 25 de agosto de 2024)

Encerrando o ciclo de eventos, Piracicaba sediou a V Edição do Sarau Saravá, idealizado, articulado, mobilizado e gerido pela juventude negra atuante no Instituto AfroPira juntamente com a direção do mesmo, e grande parceiro da UNEGRO SP.

O Instituto Afropira vem desenvolvendo há 11 anos um trabalho primoroso com a Cultura Afro-brasileira em Piracicaba, somando Cultura Tradicional juntamente com mestras e mestres que ensinam e inspiram através da capoeira, umbigada, jongo, samba de lenço, junto às contemporaneidades na música, dança, teatro, poesia, percussão para ampliar assim o repertório Cultural, Educacional e Artístico no trabalho com crianças e jovens, seja no próprio Instituto Afropira, seja em escolas e outros espaços de parcerias construídas na cidade.

Especificamente nesta edição do Sarau Saravá integrada ao Festival Afro de Juventude e Cidadania, o investimento na juventude protagonista do princípio ao fim do evento trouxe resultados para o futuro das ações e atividades do Instituto AfroPira, com a confirmação de algumas lideranças da juventude negra atuantes no instituto e nascimento de novas, trazendo um resultado grandioso da proposta do Festival Afro da Juventude e Cidadania em edificar, fortalecer e ampliar o papel da juventude negra nos projetos que participam, prospectando, dessa maneira, futuros possíveis em soma com o olhar e tradição da Cultura Ancestral.

Sankofa em continuidade na Cultura Negra Viva!

Abordar a resistência histórica e contemporânea da Cultura Afro-brasileira nas relações intergeracionais, e fortalecendo a juventude negra em protagonismos e ampliação de atuação, corroborando para uma Educação Antirracista e Decolonial, é ferramenta certa de valorização e autoestima da população negra como um todo.

Como último evento do calendário do Festival Afro de Juventude e Cidadania, o Sarau provocou o sentimento de satisfação em a oportunidade o debate sobre os temas da Cultura, população e juventude negra, no exercício de suas cidadanias, visando o fortalecimento do trabalho em rede das organizações parceiras realizadoras dos eventos presenciais e da governança do projeto. Tais atividades prospectam futuros possíveis a partir da expansão Educacional e Cultural, como ferramentas que possibilitam o progresso da mobilidade social, dos direitos humanos e do pleno desenvolvimento da juventude negra.



b. Cursos de educação antirracista - formação virtual

Na segunda etapa do projeto, construímos cursos focados em questões de antirracismo e desenvolvimento de habilidades críticas para uma cultura de justiça. Assim, lançamos um projeto educacional que visava promover não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento social, político e cultural dos participantes: uma plataforma de formação digital que ofereceu uma capacitação antirracista virtual e gratuita para jovens de todo o Estado. Ao todo, ofertamos 6 cursos de 40h cada, que buscaram fomentar a liderança, o engajamento comunitário e o associativismo entre os participantes, capacitando-os para a atuação em projetos sociais com ênfase no desenvolvimento sustentável, no enfrentamento ao racismo e na defesa dos Direitos Humanos nos territórios em que estão inseridos.


Para compor a grade curricular do projeto, dialogamos com organizações de movimento negro do Estado de São Paulo sobre suas atuações, sua relação com a juventude, seus desafios e acúmulos no trabalho e aproximação com as gerações jovens. A partir dessa escuta, produzimos 3 cursos inéditos - “Racismo na Escola: não basta falar, precisa agir!”;

“Juventude Negra e Pertencimento: O fomento à Cultura Afro Brasileira como caminho para o orgulho e consciência racial no Brasil” e “Sobreviver do inferno ao paraíso: O rap enquanto sentido da vida” - que foram unidos a uma seleção de 3 cursos produzidos pelo CEMJ anteriormente: “Captação e gestão financeira de recursos para projetos”; “Necropolítica, Brutalismo e Genocídio da Juventude Negra - Exercícios (Re)existência à partir das Periferias”; “Raça, juventude e brasilidade”.

A composição curricular dos cursos teve por objetivo oferecer subsídios teóricos, conceituais, metodológicos, bem como fontes de informação seguras e confiáveis para que os participantes pudessem aprofundar seus conhecimentos a respeito das temáticas desenvolvidas na formação por eles escolhida. Além disso, cada pessoa inscrita pôde construir a sua trajetória de aprendizagem a partir da escolha por campos de conhecimento que mais fizessem sentido para sua experiência pessoal como sujeitos, atendendo mais prontamente suas necessidades e inclinações.

Sendo ofertados desde julho de 2024, alcançamos, em dezembro do mesmo ano, mais de 800 pessoas inscritas nos cursos. O foco do projeto era mobilizar um público de juventude, o que foi alcançado: a análise das inscrições nos mostra que as pes-

Cursos de educação antirracista



soas inscritas são, em sua maioria, jovens. A faixa etária predominante de cursistas esteve entre 18 e 35 anos, refletindo o foco do projeto, que afirma a participação de uma juventude ativa, engajada e em busca de maior qualificação.

Olhando especificamente para esse recorte etário na relação com a escolaridade, temos uma parcela significativa de pessoas com idade entre 18-25 anos, o que indica que o festival atraiu uma juventude universitária ou recém-formada. Já entre 25-35 anos, identificamos o engajamento de uma parcela de juventude - em um conceito ampliado da idade oficial - interessada em atividades relacionadas à pós-graduação ou profissionais em transição de carreira.

O grande número de participantes que já possuem pós-graduação, ensino superior ou estão em vias de completá-lo nos indica que o Festival atraiu um público qualificado, interessado em aprofundar seus conhecimentos e envolvido em discussões de alto nível, o que é bom, mas indica uma determinada “bolha” de circulação dos nossos conteúdos que precisa ser furada em futuras edições. Tivemos, no total, 31,2% de pessoas inscritas com pós-graduação concluída, 24% de cursistas com o ensino superior completo e 29.3% de pessoas cursando a educação superior. A presença marcante de jovens na fase de ensino superior também sugere que o festival oferece uma plataforma para troca de conhecimento e criação de redes entre estudantes e profissionais.

Importante pontuar ainda que a maioria das pessoas inscritas foram pessoas negras: 56,5% dos inscritos declararam ser negros (pretos ou pardos). Outro ponto relevante é que conseguimos alcançar uma significativa diversidade em termos de gênero e sexualidade: a maioria se autodeclara mulher cisgênero, mas há uma gama de identidades de gênero representadas, incluindo gênero não-binário e homens cis, além de pessoas bissexuais e outras expressões de sexualidade.

Já no quesito território, identificamos alguns desafios: A participação é predominantemente de grandes centros urbanos, com destaque para São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Esse cenário sugere que o festival atraiu, em sua maioria, jovens urbanos que, geralmente, possuem maiores possibilidades de acesso às oportunidades educacionais, políticas, culturais e profissionais. Nesse sentido, considerando a importância de fortalecer a participação social e empoderamento das juventudes rurais, será preciso, em edições futuras, repensar as estratégias de engajamento a fim de alcançar esses jovens, o que deverá passar, por exemplo, pela discussão das limitações de acesso digital por parte de jovens de fora das zonas urbanas.

Tendo apresentado esse panorama geral desta etapa do projeto, conheça um pouco mais sobre os cursos ofertados no Festival Afro de Juventude e Cidadania:

1. CAPTAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DE RECURSOS PARA PROJETOS

PROFA. KARINE DOS SANTOS OLIVEIRA

O curso aborda diversas formas de captação de recursos, desde métodos tradicionais até inovadores e ancestrais, e ensina como aplicar e gerenciar esses recursos. As aulas combinam teoria e prática, explorando planejamento financeiro, orçamento, execução de planos de ação, prestação de contas e análise financeira, visando proporcionar um olhar aprimorado sobre o capital financeiro.

Conheça a professora:

Karine dos Santos Oliveira é CEO da Wakanda Educação Empreendedora, onde traduz conteúdos de negócios para linguagem informal/regional. Foi reconhecida na Forbes Under 30 (2020) e vencedora do Desafio Mulheres e Tecnologia (Salvador, 2020). Possui experiência na elaboração e execução de formações sobre viabilidade econômica, plano de negócios, técnicas de vendas e pitch, voltadas para a comunidade negra, povos e comunidades tradicionais e população LGBTQIA+.



2. NECROPOLÍTICA, BRUTALISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

PROF. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS

Este curso aborda a desumanização e controle das juventudes negras e periféricas sob a colonialidade capitalista, e as táticas de resistência desenvolvidas nesses territórios. Explora temas como necropolítica, estratégias de genocídio e projetos de (re)existência, destacando as periferias como lideranças de transformação e reinvenção do mundo.

Conheça o professor:

Mestre em Educação: História, Política Sociedade (PUCSP) e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente, cumpre estágio pós-doutoral junto ao Programa de Administração Pública e Governo da FGV-SP. É diretor-presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e Professor do Mestrado e do Doutorado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Integra o Conselho Municipal de Educação de São Paulo.



3. RAÇA, JUVENTUDE E BRASILIDADE

PROFA. LARISSA DA SILVA FONTANA

Esta disciplina explora o papel da raça e mestiçagem na identidade nacional brasileira, examinando o mito da democracia racial e a marginalização dos corpos negros. Analisa a cultura mestiça, a criminalização da herança africana e as opressões interseccionais. Também discute a construção de identidades políticas negras e o combate ao racismo estrutural no Brasil.

Conheça a professora:

Larissa da Silva Fontana é pesquisadora, ativista e gestora de projetos sociais para juventudes. Secretária Executiva do Em Movimento e Coordenadora Executiva no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). É Conselheira Nacional de Juventude no CONJUVE (2024-2026) e conselheira municipal de Juventude em Campinas (2024-2025). Tem licenciatura em Letras pela UNIOESTE, mestrado em Linguística pela UNICAMP e MBA em Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto pelo Instituto Legado. Atualmente, é doutoranda em Linguística na Unicamp, com pesquisa sobre questões de gênero, raça e geração no discurso político brasileiro.



4. SOBREVIVER DO INFERNO AO PARAÍSO: O RAP ENQUANTO SENTIDO DA VIDA

PROF. BRUNO MÁRISTON PASSOS BARRETO

Este curso explora a importância histórica do rap na construção da subjetividade da juventude negra brasileira, destacando seu contexto cultural e político. Analisa a militância e o pertencimento artístico e cultural que emergem desse movimento.

Conheça o professor:

Bruno Mariston é graduado em Letras pela UFBA, com pesquisa em Lírica Negra Soteropolitana. Fez mestrado em Teoria da Literatura e Estudos Culturais, estudando masculinidades negras no trabalho de Baco Exu do Blues, e está fazendo doutorado em Linguística, focando na religiosidade no rap nacional. Além da carreira acadêmica, Bruno lecionou em todos os níveis de ensino formal e ministrou cursos, palestras e oficinas sobre movimento negro, literatura negra, hip-hop e temas afins nas periferias de Salvador e Campinas.



5. RACISMO NA ESCOLA: NÃO BASTA FALAR, É PRECISO AGIR

PROF. MARIA APARECIDA COSTA DOS SANTOS

Este curso aborda o racismo estrutural nas escolas brasileiras, destacando a importância de práticas antirracistas efetivas por instituições e profissionais de educação. Visa discutir e propor soluções de enfrentamento do racismo, focando na realidade dos jovens do ensino médio e educadores. Os encontros promoverão reflexões baseadas em estudos de autores que buscam superar essa opressão histórica.

Conheça a professora:

Doutora em Educação pela USP, Mestre em Educação pela UNINOVE, e Especialista em Educação Física Escolar pela FMU. Licenciada em Educação Física pela UNESP. Professora efetiva de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de São Paulo desde 2002, com experiência como formadora pedagógica e Assistente Técnico Educacional. Lecionou no Ensino Superior, desenvolvendo conteúdos para cursos de Lato Sensu. Membro do grupo de pesquisa “Ylê-Educare” do CNPq, autora do livro “O Universo Hip-Hop e a Fúria dos Elementos” e coorganizadora do “Dicionário da Cultura Antirracista”. Ritmista do bloco afro “Ilú Oba de Min” em São Paulo.



6. CULTURA AFRO, PRODUÇÃO DE EVENTOS E ORGULHO RACIAL

PROFA. ELAINE DOS SANTOS TEOTONIO FARIAS

Este curso destaca a importância dos eventos socioculturais na celebração da diversidade e identidade negra, capacitando produtores culturais para planejá-los e executá-los. Abrange tipos de eventos, etapas de planejamento e captação de recursos. É uma introdução para quem deseja se profissionalizar em Produção Cultural.

Conheça a professora:

Elaine Teotonio é uma profissional apaixonada pela cultura, com 23 anos de experiência como cantora, musicista, professora e produtora cultural. Pós-graduanda em ESG, co-fundou a ETC Produtora e o Instituto Afropira, promovendo cultura e empreendedorismo afro no interior paulista. Dedicar-se à oferta de cursos, consultorias e palestras em produção cultural e gestão de projetos, visando descentralizar recursos e fortalecer a cultura afrobrasileira. Elaine defende a aplicação da Lei 10.639/03 para ensinar a história africana e afrobrasileira nas escolas, acreditando que isso fortalece a autoestima de jovens negros e promove a diversidade.

Para potencializar o alcance do curso, construímos uma parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que se somou ao projeto a partir da atuação do Núcleo de Pesquisa Antirracismo Virgínia Leone Bicudo, composto por estudantes negros dos cursos da FESP.

Esse coletivo ofereceu uma formação complementar adicionada a plataforma do Festival como material extra em todos os seis cursos ofertados: o curso de Letramento Racial “Racismo e Antirracismo no Brasil”, que contou com 5 aulas ao vivo, ministrada por especialistas renomados em temáticas raciais. A partir de uma abordagem crítica sobre o racismo e antirracismo no Brasil, essa formação complementar trouxe ênfase aos atos de resistência da população negra, às expressões de negritude brasileiras e à complexidade das relações étnico-raciais no país. Com tal parceria, foi possível certificar os cursistas a partir do sistema de extensão da FESP, trazendo ainda mais peso para a formação antirracista do Festival.





CONEXÃO ANTIRRACISTA

c. Podcast “Conexão Antirracista”

A fim de complementar a estratégia de formação, propusemos também uma etapa a ser executada no segundo semestre do projeto dedicada à produção de um Podcast com 5 episódios que apresentaram debates relacionados ao acesso da juventude negra à cidadania e aos direitos humanos. Tanto as temáticas, quanto o formato e os

possíveis entrevistados nos episódios foram definidos a partir da escuta da governança e das organizações parceiras, para que o material contribuísse com os debates locais relacionados às juventudes negras das cidades paulistas.

Os temas e pessoas participantes tem como ponto de intersecção correlacionar a experiência empírica, teórica e a soma das mesmas em conversas edificadas nos contextos atuais, refletindo sobre especificidades de cada tema na relação com os direitos das juventudes. Os episódios foram organizados da seguinte maneira:

Episódio 1: “Vozes da Resistência: Leci Brandão e a Luta das Juventudes”

Mediação: Gal Martins | Convidada: Leci Brandão

O primeiro episódio do Podcast Conexão Antirracista recebe Leci Brandão, cantora, compositora e deputada estadual, cuja obra e trajetória são ícones da luta pelos direitos humanos e sociais no Brasil. Suas músicas, como “Zé do Carço”, denunciam injustiças e celebram a resistência das comunidades negras e periféricas. O episódio destaca como sua arte inspira a juventude negra a ocupar espaços de poder e lutar por direitos em áreas como educação, cultura e saúde mental. É uma conversa sobre arte, justiça social e transformação. Ajuste o volume e conecte-se a essa reflexão potente.

Leci Brandão, carioca de nascimento, paulistana de vivência e atuação política, inicia o bate papo falando sobre sua juventude, os primeiros passos na música e as memórias da infância. A presença da matriarca Dona Leci é o fio da meada sobre a força e presença de sua educação e resistência nas lutas da vida. Primeira compositora na ala de compositores da escola de samba Mangueira, a trajetória de Leci é marcada pela sua ascensão no mundo do samba e na cena musical carioca e nacional, trazendo em suas composições a historicidade da Cultura e das Lutas do povo negro, a colocando em evidência nos posicionamentos sociais e políticos, o que fortaleceu sua figura pública e ingresso na Política.





Episódio 2: “Cuidando da Mente: Racismo, Saúde Mental e a Juventude Negra.”

Mediação: Gal Martins | Convidadas: Léa Arruda e Rosa Maria Rodrigues.

Do nascimento a todo o percurso de vida da pessoa negra, a psicóloga Léa Arruda aponta o desafio de viver e provar a própria existência, enfatizando o maior índice de suicídio estar presente na população negra, assim como o genocídio da juventude negra. Rosa Maria aponta a questão racial desde a tenra idade demarcada no corpo negro, na Cultura Negra, na religiosidade de matriz africana, na intelectualidade negra, população que enfrenta, desde a primeira infância, subjulgamentos e violências marcados por racismo estrutural, que se reflete no baixo percentual de políticas públicas e nas violências do Estado. As entrevistadas refletem sobre como respeito e entendimento das questões raciais no Brasil são importantes para o atendimento e acolhimento de pessoas negras que buscam a medicina de tratamento das doenças psíquicas, pessoas por vezes ainda não diagnosticadas, em uma discussão da saúde mental a partir das Negritudes, das gerações das infâncias à maturidade e dos fazeres da Cultura Negra. O episódio contempla ainda dicas de espaços de atendimentos e estratégias para a saúde mental da juventude negra plural: LGBTQIAPN+, mulheres, população periférica.



Episódio 3: “Empreendedorismo e Tecnologia: Uberização do Trabalho e Economia Criativa”

Mediação: Caio Tanaka | Convidado: Euzébio Jorge

O entrevistado Euzébio Jorge propõe uma reflexão e discussão sobre o mercado de trabalho e juventude, no enfoque da precarização do trabalho nominados na atualidade da tecnologia como uberização e plataformização do trabalho. Ele discute ainda a relação da economia criativa, trazendo a pauta racial e de classe no ingresso precoce e precário ao mercado de trabalho, como um sintoma de alta desigualdade e manutenção da pobreza. Identifica a implementação de políticas públicas como mitigadoras das desigualdades de classe e raça, apontando a falácia do empreendedorismo como isca neoliberal aniquiladora de possibilidades reais de garantia de direitos, oportunidades de ingresso e expansão no mercado de trabalho, apontando possibilidades reais e caminhos de formação para juventude geral, em particular a juventude negra, na busca por fomentar e implementar a formação para as oportunidades plausíveis no mercado de trabalho contemporâneo.

Episódio 4: “Verde e Negro: Justiça Ambiental e Comunidades Negras”

Mediação: Victor Rinaldi | Convidada/o: Gabriela Alves e Bruno Santos

Os pontos de vista empírico e teórico da cientista social Gabriela Alves e do graduando em gestão ambiental Bruno Santos, representantes da juventude negra paulistana, construíram uma conversa relevante e aprofundada sobre justiça ambiental e comunidades negras, interseccionalizando pautas que envolvem território, aquilombamento, emergências climáticas, saneamento básico e mobilizações sociais, na dimensão sobre Racismo Ambiental e Direitos Sociais, conduzindo a olhares e escutas sobre passado, presente e futuro da população negra. As reflexões dos jovens intelectuais perpassam os desafios da atualidade que acompanham a população negra desde sua violenta entrada nas Américas, e as peculiaridades dessas violências em território brasileiro da Escravidão, Pós-abolição à atualidade.

Episódio 5: “Mobilidade Antirracista e Política”

Mediação: Jô Pereira | Convidada/o: Camila Mastrorocco e Ricardo Machado

Pensar a mobilidade de uma sociedade é relevar o Direito do ir e vir, expandindo esse Direito no que tange a luta Antirracista como um fator primordial para oportunizar a população negra à Educação, Cultura, Arte, Trabalho, Lazer, Moradia, tudo com dignidade em ser Ser Humano de Direito, e onde o Direito à Cidade é complementado na pluralidade que o tema propõe estão nas reflexões e discussões trazidas pela arquiteta e urbanista Camila Mastrorocco e o economista, especialista em mobilidade ativa de bicicleta e cicloentregador Ricardo Machado. A relevância na participação das negritudes, das infâncias às maturidades, entendendo a maneira que a mobilidade pode ilhar e/ou expandir possibilidades do bem-viver, do bem-estar, da cidadania, das oportunidades, do entendimento e combate ao racismo, da participação política e social para futuros possíveis em utopias e realidades dignas para a população negra foi o cerne do papo.



**Acesse o podcast
“Conexão Antirracista”**

d. Por Territórios Antirracistas: Um Manual do Festival Afro de Juventude e Cidadania

A etapa final do projeto - o presente manual - foi produzir uma publicação digital em formato de revista ou manual, que além de servir como um espaço de registro da memória do projeto como um todo, conte com textos e imagens voltados a visibilizar o papel do letramento racial na garantia de direitos das juventudes, em especial, com informações úteis para o enfrentamento ao racismo no cotidiano. Mais do que isso, a partir das conquistas dos movimentos sociais negros em diferentes campos sociais - política, cultura, academia -, esse material reúne reflexões teóricas e orientações práticas para apoiar a construção de uma educação antirracista.

Entendemos que era necessário, além de sistematizar informações sobre o combate ao racismo no contexto paulista, construir um material de memória que possibilitasse à nossa equipe registrar as experiências do projeto, os impactos de ter investimento e estrutura para as ações em defesa das juventudes negras e a importância de articular redes, com parcerias por todo o estado de São Paulo, para fortalecer o trabalho histórico e de extrema relevância dos movimentos negros paulistas que, por vezes, atuaram nas lacunas e ausências do Estado na garantia dos direitos humanos e cidadania de jovens negros nesse território tão rico, mas tão desigual.

Como poderá ser visto ao longo da leitura, buscamos apresentar reflexões atuais que contribuem para um letramento racial crítico que, nos termos da intelectual Aparecida de Jesus Ferreira³, envolve uma prática de reflexão sobre raça e racismo enquanto questões constantemente presentes no nosso dia a dia, impactando “nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais” (s/p, 2024). Essa prática de reflexão implica, sem dúvidas, o preparo e amadurecimento para a ação antirracista: por isso, também reunimos informações úteis sobre leis que amparam o combate ao racismo no Brasil e em São Paulo, além de mapear canais de denúncia e espaços de acolhimento e apoio a vítimas de discriminação racial.

Considerando a centralidade que a garantia dos direitos das juventudes tem em nosso projeto, entendemos ser importante um olhar específico para uma das principais instituições que forma e recebe jovens no nosso país: a escola. Com nosso manual, objetivamos fortalecer a aplicação das leis de nº 10.639/2003 e 11.645/08 que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino, oferecendo às comunidades escolares um material sintético, didático e funcional,

produzido por especialistas das temáticas raciais, que discutem, a partir de um amplo repertório de referências, a atuação da cultura afro-brasileira e negra em nosso país, a relação da memória e ancestralidade negra com as culturas negras na contemporaneidade e a importância dessas expressões para efetivar os direitos e cidadania das juventudes, tudo isso a fim de complementar a formação de diferentes agentes escolares para enfrentarem as desigualdades raciais que se refletem também na escola.

Assim, para contemplar todo esse panorama de informações, construímos esse texto a várias mãos: coordenação executiva, coordenação administrativa, coordenação pedagógica, agente de ação social e coordenação de comunicação do Projeto, junto às pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Antirracismo Virgínia Leone Bicudo da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Acreditamos que essa parceria entre sociedade civil organizada e universidades é fundamental para construir ações efetivas de conscientização da sociedade e de fortalecimento de estruturas estatais - como as políticas públicas -, conquistadas a partir de muitas lutas daqueles e daquelas que acreditam ser possível a construção de uma sociedade mais justa e equânime para todas e todos.

³ Conheça o blog da professora Aparecida de Jesus Ferreira, disponível em: <https://aparecidadejesusferreira.com/>

Letramento antirracista para uma escola combativa: uma introdução

**Texto por: Syllas Aguilar ⁴ (FESPSP),
Roberto Almeida de Oliveira ⁵ (FESPSP)
e Larissa da Silva Fontana (Unicamp)**

Uma educação antirracista é uma educação que contempla uma ampla gama de assuntos que estão envoltos nas relações étnico-raciais do nosso país. Por isso, é necessário abordar de forma inclusiva e didática algumas temáticas caras ao letramento racial, a fim de apresentar às pessoas leitoras uma instrução básica dos conceitos que são abordados e discutidos nos debates atuais sobre a construção de uma educação antirracista.

Num país profundamente marcado pelas cicatrizes da escravização da população africana e indígena, cuja população atual é majoritariamente negra como é o Brasil, a temática étnico-racial é fundamental para a formação e o desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico da nossa nação. Entende-se por relações étnico-raciais, as interações de indivíduos e/ou grupos com diferenças e semelhanças sociais, culturais e políticas relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e/ou grupos a que pertencem⁶. É importante destacar que a raça não se refere ao conceito biológico de raças humanas, hierarquizando e classificando determinados seres humanos como superiores em comparação a outros, discurso amplamente desvalidado pelos conhecimentos científicos atuais, tal conceito, refere-se à construção sócio-histórica que circunda às características físicas e culturais de um determinado indivíduo e/ou grupo.

Expressões como “racismo estrutural”, “racismo institucional”, “branquitude” e “pertencimento” estão, cada vez mais, presentes nos vocabulários atuais dos brasileiros e brasileiras, o que se deve a ampla discussão e divulgação desses conceitos, realizada pelos movimentos sociais negros dentro e fora da academia, o que vem consolidando gradativamente esses temas como indispensáveis para as políticas que visam construir uma sociedade brasileira menos desigual. A fim de adquirirmos um entendimento inicial desses conceitos, acreditamos necessário apresentar seus principais significados e como tais discussões estão relacionadas com a superação do racismo, dos preconceitos e da discriminação racial no Brasil.

⁴ Graduando em Ciências Sociais pela Função Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP), membro da equipe de assessoria parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), membro do Núcleo Antirracismo Virgínia Leone Bicudo (NA-VLB) e atua nas áreas de pesquisa em Antropologia e Sociologia, interessado nas temáticas das relações étnico-raciais; religião; arte; cultura e sexualidades

⁵ Graduando do Curso de Sociologia e Política da FESPSP, membro da Coordenação do Núcleo Antirracismo Virgínia Leone Bicudo, Ogan da Comunidade Ylê Axé de Yansã/Araras, militante da Unegro e chefe de gabinete da Deputada Estadual Leci Brandão.

⁶ Conforme o Dicionário de relações étnico-raciais contemporâneo.

⁷ Conforme a obra: Racismo Estrutural.

Racismo Estrutural

Conforme o jornalista, Dennis de Oliveira, em sua obra *Racismo estrutural: uma perspectiva histórica-crítica* (2021), a tendência de pensarmos o racismo, à primeira vista, como algo somente na esfera do comportamento, uma ação/atitude que condicionaria o caráter ou a conduta da pessoa, não contempla a dimensão de que o racismo estrutural é uma ideologia que possibilita a manifestação individual/comportamental e institucional do racismo na sociedade. O racismo transcende o âmbito da ação do indivíduo, que reproduz práticas racistas por conta da produção de uma sociedade racista, construída por meio dos aparatos institucionais que determinam mecanismos de racismo na sociedade.

Poderíamos destacar a forma da violência e repressão policial, um dispositivo aquisitivo do Estado, em determinados lugares nos quais a população negra se encontra em massa - como as periferias das grandes cidades -; ou, ainda, o encarceramento da população, em sua maioria negra, e o extermínio projetado de jovens negros e negras das periferias do Brasil. O filósofo camaronês Achille Mbembe conceitua essa prática de genocídio de jovens negros e negras como “necropolítica”, uma política arquitetada e programada a fim da aniquilação desses corpos, isto é, uma política definidora de quem deve perecer a qualquer custo.

O racismo estrutural é estrutural, estruturante e estruturado, por ser uma ideologia que integra a organização econômica e política da sociedade. O racismo é o sentido, a lógica e o dispositivo tecnológico de produção e reprodução das formas de desigualdades raciais e das violências na sociedade, cujo sistema socioeconômico é o capitalismo que sustenta essa estrutura social (Oliveira, 2021).

Racismo Institucional

Conforme o *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (2023), no verbete escrito por Juliana Vinuto, o racismo institucional é um dos tipos de racismo ligados as instituições sociais e políticas que possuem poderes de tomadas de decisões que impactam a sociedade em geral. Esse termo foi elaborado na década de 1960 por Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, intelectuais e ativistas estadunidenses do grupo Panteras Negras, movimento político e social dos EUA que tinha compromisso com a ampliação das igualdades de direitos civis para afro-americanos e como um de seus objetivos combater a violência policial e a opressão racial.

O racismo institucional refere-se a qualquer prática, seja de uma organização pública ou privada, que não promova um serviço adequado para determinadas pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica. Essas práticas discriminatórias podem não ser explícitas, mas são desenvolvidas e reproduzidas no cotidiano das instituições a partir das normas mobilizadas por seus responsáveis que tratam, distintamente, negros e brancos. Por isso, o racismo institucional não é, de certa forma, o racismo individual realizado em instituições, mas sim o resultado de padrões históricos de submissão efetivados por instituições/ organizações na interação entre seus operadores e os afetados por essas decisões.

Perfilamento racial

Para ilustrar o funcionamento do racismo institucional, podemos refletir sobre o encarceramento em massa da população negra, racialmente desproporcional em relação às pessoas brancas. Em 2023, 69,1% dos encarcerados eram negros (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Além do perfil dos sujeitos criminalizados como traficantes concentrar, em sua maioria, homens (86%), jovens de até 30 anos (72%), de baixa escolaridade (67%) e negros (68%), chama atenção a seguinte circunstância das investigações: apurações, na maioria das vezes, realizadas em buscas domiciliares, sem mandado judicial (41%), sendo que, em 5 capitais, esses domicílios se concentram em bairros pobres e com população majoritariamente negra (Atlas da Violência, 2024).

Nesse sentido, uma noção importante referente a discussão sobre o racismo estrutural e institucional no âmbito da segurança pública é a de “perfilamento racial”: segundo a ONU⁸, o perfilamento racial é o processo pelo qual as forças policiais fazem uso de generalizações fundadas na raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnicidade ao invés de evidências objetivas ou o comportamento de um indivíduo, para sujeitar pessoas a batidas policiais e outros procedimentos.

As análises sócio-históricas demonstram que as formas de controle social impostas sobre a população negra no passado, durante o período de escravização, se perpetuam na sociedade contemporânea, resultando nessas violências e pré-julgamentos desproporcionais por parte das forças repressivas do Estado contra populações negras e periféricas. O diagnóstico sobre segurança pública e acesso à justiça do *Plano Nacional Juventude Negra Viva (2024)* indica que as práticas de segurança pública privilegiam medidas repressivas, desiguais e pouco eficazes para combater a violência, cujo alvo específico são determinados corpos – homens jovens, negros e de baixa renda – em determinados territórios, como periferias, favelas e áreas de ocupação irregular.

Essas políticas de segurança reforçam estigmas associados a esses sujeitos e locais, relacionando historicamente a suspeita e criminalização a determinados corpos e territórios, o que perpetua a marginalização desses através de intervenções militarizadas e violentas, em detrimento de políticas públicas alternativas voltadas para áreas como saúde, educação e cultura. Com isso, a repreensão policial e judicial desigual das pessoas negras em relação as pessoas brancas reproduz desigualdades e exclusões raciais, garantindo a manutenção do racismo estrutural.

⁸ Prevenindo E Combatendo O Perfilamento Racial De Pessoas Afrodescendentes: Boas Práticas E Desafios. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/03/perfilamento-racial-nacoesunidas-onu.pdf>

Branquitude

Após a abordagem dos conceitos de racismo estrutural e institucional, faz-se necessário abordar o conceito de branquitude. Conforme o verbete escrito por Lia Schucman e Willian da Conceição, no *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas* (2023), a branquitude tornou-se uma categoria construída sócio-historicamente como uma posição de superioridade e detentora do poder material e simbólico.

A categoria “branco”, enquanto indivíduo ou grupo padrão normativo dito único, estabelece um “ideal” de ser humano, partindo do pressuposto de que não se vê como uma raça ou etnia. Por isso, coloca-se como um padrão normativo único a ser vislumbrado em todos os seus aspectos sociais e culturais. Entre os sociólogos brasileiros, Alberto Guerreiro Ramos foi uma das primeiras referências a dissertar sobre o lugar de privilégio do branco na sociedade brasileira em sua obra: *Introdução crítica à sociologia brasileira de 1957*, os estereótipos estéticos da formosura branca atribuíram significados positivos à brancura, já os significativos negativos estéticos e culturais foram atribuídos aos negros. Esse processo político foi definido por Ramos como “patologia social do ‘branco’ brasileiro”, na qual os indivíduos brancos brasileiros, apesar da alta miscigenação brasileira em aspectos biológicos e culturais, negam sua ascendência miscigenada, considerando uma vergonha a sua ancestralidade cultural negra ao mesmo tempo que privilegiam o enaltecimento da cultura europeia/branca da qual, o branco brasileiro, não faz parte inteiramente.

É importante ressaltar que, ao longo do estabelecimento da República, a partir do final do séc. XIX, uma intensa preocupação de intelectuais e políticos com a “mancha negra” deixada no Brasil pela escravização resultou em políticas de branqueamento da população brasileira. Estudos em diversos campos científicos se voltaram a definir qual seria o tipo étnico brasileiro, influenciados pelo racismo científico europeu produzido no séc. XVIII e XIX. Só que, diferentemente das tradições europeias, em que se defendia a noção equivocada de “raça” como diferenças biológica entre seres humanos para legitimar políticas de exclusão racial, no Brasil, frente à crescente população negra recém liberta e livre presente no país, cientistas e políticos que defendiam a necessidade de uma “limpeza populacional” em nome do progresso nacional encontraram apoio nos estudos culturais.

Os estudos culturais - com destaque para a obra de Gilberto Freyre - que ganham destaque a partir da década de 1930 defendiam, implicitamente, que tal limpeza se daria por meio da miscigenação, num país em que não haveria racismo e as diferentes raças viveriam em harmonia: o povo brasileiro seria um povo naturalmente miscigenado e tal mistura resolveria todos os problemas socioeconômicos causados pela desigualdade racial pós escravidão. Para consolidar tais teorias foram implementados incentivos oficiais à imigração europeia (oferta de terras, isenção de impostos), estimulada a vir ao Brasil para trabalhar nos cargos vagos após o fim da escravização. Abdias Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), mostra que, mais do que políticas de incentivo trabalhista, essas iniciativas do Estado buscavam aumentar o número de pessoas brancas no país, estimulando ainda mais o processo de miscigenação brasileiro.

Nessa mistura, a branquitude - os descendentes europeus - foi o elemento valorizado ao longo da história do Brasil como mais forte, ético, civilizado, trabalhador, responsável por garantir um país próspero e unido. Por isso, a branquitude é vista como uma categoria universal superior e possui, ainda hoje, espaços de privilégios na sociedade, reproduzindo a marginalização e a exclusão de negros e negras em espaços de poder e de tomada de decisão. A psicóloga brasileira Cida Bento disserta, em sua obra *O pacto da branquitude* (2022), sobre um pacto mútuo entre os brancos que se articulam inconscientemente como um grupo de identificação racial implícito a fim de manter seus espaços e privilégios de poder embranquecidos.

Assim, políticas públicas voltadas para a igualdade racial como as cotas raciais, o reconhecimento histórico da cultura dos povos originários e africanos, do espaço e ação históricos dos movimentos sociais negros, como o Centro Cívico Palmares (1926-1929), a Frente Negra Brasileira (1931-1937), a Associação dos Negros Brasileiros (1945-1948), a Associação Cultural do Negro (1954-1976) e o Movimento Negro Unificado (1978), como tantos outros movimentos do passado e do presente, são fundamentais para o confronto das estruturas da branquitude uma vez que tensionam os espaços dos brancos para aprenderem a se deslocar da posição de norma e hegemonia social, econômica, cultural e política na qual estão inseridos.

Pertencimento

Conforme a intelectual e ativista antirracista estadunidense, Bell Hooks, em sua obra *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), o pertencimento diz respeito a sentir-se pertencente aos espaços que ocupa, por meio de uma perspectiva ancestral, intimamente ligada a valorização da memória dos povos ancestrais e dos povos originários - em suas diferentes nações -, de suas formas de organização social e política, além de suas variabilidades culturais e religiosas, examinado como o racismo e o sexismo estão na raiz do não pertencimento e da violência constante.

É por meio da vivência coletiva, da união de saberes da terra e da organização de diferentes grupos que, ao longo da história, foram colocados as margens da sociedade, que se constrói o pertencimento. A vivência e a resistência fazem parte desse pertencimento: pertencer a uma cultura transgeracional, que afeta a forma de elaboração e convicção do mundo, construindo uma perspectiva social de justiça, equidade e dignidade para todos. É saber que somos diversos em inúmeros aspectos e semelhantes na mesma proporção de humanidade: ser humano em suas similitudes e diferenças ricas em diversidade.

Discriminação racial

A discriminação racial é entendida como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem étnica ou nacional, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Combate ao racismo nas escolas

Este manual foi pensado visando contribuir com a sociedade, de forma geral, e com as comunidades escolares, de maneira específica, no processo de identificação, prevenção e enfrentamento de atos de discriminação racial, oferecendo diretrizes práticas e jurídicas para cada um dos atores envolvidos e suas respectivas responsabilidades.

A escola, enquanto espaço fundamental para a formação de valores, atitudes e cidadania, deve ser responsável por garantir um ambiente inclusivo, onde o respeito à diversidade seja promovido ativamente. Como instituição educacional, ela tem o dever de prevenir, identificar e combater atos de discriminação racial, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham acesso a uma educação equitativa e segura. Além disso, cabe à escola implementar ações pedagógicas voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme preveem as Leis n.º 10.639/2003 e 11.645/2008, formando cidadãos conscientes e comprometidos com a justiça social. Por meio de práticas antirracistas, a escola se torna não apenas um espaço de aprendizagem, mas também um agente transformador na luta contra o racismo estrutural.

Listamos abaixo algumas das legislações vigentes que tratam sobre o combate ao racismo no Brasil e em São Paulo:

Constituição Federal (Art. 5º, XLII): Racismo é crime inafiançável e imprescritível;

- Lei Estadual n.º 14.187/2010 (SP): Penalidades administrativas para atos discriminatórios por motivo de raça ou cor;
- Lei n.º 7.716/1989 (BR): Define crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
- Lei n.º 10.639/2003 (BR): Torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas;
- Lei n.º 11.645/08 (BR): Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino;
- Lei n.º 14.532/2023 (BR): Equipara injúria racial a racismo em termos de gravidade jurídica.

A identificação e o enfrentamento do racismo no ambiente escolar

A identificação e o enfrentamento do racismo no ambiente escolar são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer e nomear situações de discriminação racial é essencial para romper com o ciclo de invisibilização que sustenta o racismo estrutural e institucional. No entanto, lidar com essas situações exige uma abordagem que combine acolhimento e ações educativas, considerando tanto os impactos psicológicos do racismo quanto as necessidades pedagógicas para enfrentá-lo efetivamente no cotidiano escolar.

É imprescindível acolher a vítima de forma empática e respeitosa, entendendo que episódios de racismo podem causar danos emocionais profundos, como baixa autoestima, ansiedade e sentimen-

to de exclusão. Esse acolhimento deve ser estendido também à comunidade escolar na totalidade, auxiliando a ressignificar atitudes e comportamentos de quem perpetuou o ato discriminatório.

Pedagogicamente, o enfrentamento do racismo requer uma postura ativa da escola, com estratégias que vão além da punição. Quando ocorrem atos de discriminação no ambiente escolar, é necessário transformar o episódio em um momento de aprendizagem coletiva, promovendo debates, reflexões e atividades que conscientizem sobre a importância da igualdade racial. Essa abordagem integrada não apenas corrige as injustiças no curto prazo, mas também forma indivíduos mais preparados para viver e respeitar a diversidade em sociedade.

Listamos alguns exemplos que podem auxiliar na identificação de atos de racismo, seja aqueles decorrentes de um conflito interpessoal ou aqueles implícitos, que decorrem do modo como a instituição se organiza:


Injúria racial:

Ofensas direcionadas a um indivíduo com base em sua raça, cor ou etnia. Exemplo: Chamar alguém de termos pejorativos como “macaco”, “preta fedida” ou “cabelo de bombril” (expressões racistas comuns no ambiente escolar).

Racismo institucional:

Práticas ou políticas da escola que discriminam coletivamente.

Exemplo: Segregar alunos por características raciais ou tratar casos de racismo com negligência; não haver esforço para aplicar as leis de ensino de cultura afrobrasileira; não contar com diversidade racial no corpo docente; ou, ainda, não ter livros de referências negras nas bibliotecas e grades curriculares.



Vale apontar ainda que a escola é um ambiente onde demasiados atores que compõem o espaço de educação e aprendizagem se relacionam, o que traz a tona possíveis conflitos raciais e diferentes papéis perante a tais conflitos:

ESTUDANTES:

Ofensores ou vítimas em episódios de discriminação.

Necessitam de mediação, orientação e acompanhamento, ou, ainda, em casos mais graves, responsabilização.

PROFESSORES:

Papel ativo na identificação, mediação e prevenção.

Devem estar capacitados para tratar temas de diversidade racial.

GESTORES ESCOLARES:

Responsáveis por ações institucionais, acolhimento das denúncias e encaminhamentos administrativos.

PAIS E RESPONSÁVEIS:

Devem ser parceiros na construção de um ambiente antirracista, participando de ações educativas.

Identificação do caso:

Escutar a denúncia ou relato com seriedade e empatia e registrar formalmente o episódio (data, envolvidos, descrição);

Dada a diversidade de agentes envolvidos na configuração da comunidade escolar, é necessário um passo a passo para a escola em casos de discriminação, a fim de que haja um fluxo de atuação no combate ao racismo.

Mediação inicial:

Promover um diálogo supervisionado entre as partes envolvidas (quando possível e seguro) e incentivar a retratação do ofensor;

Encaminhamento formal (nos casos mais graves ou sem resolução na mediação):

Internamente para a Comissão de ética escolar, se existir, e externamente para a Denúncia à Ouvidoria da Secretaria de Justiça (Lei n.º 14.187/2010) ou registro de Boletim de Ocorrência (injúria racial ou racismo);

Ações complementares:

Organizar atividades educativas e afirmativas para conscientizar toda a comunidade escolar.

Os casos de discriminação racial precisam ser enfrentados interdisciplinarmente e intersetorial; uma vez que tais violências decorrem de um problema complexo e multifatorial como é o racismo estrutural, precisamos compreender que identificar, combater e prevenir esses casos é responsabilidade coletiva, com diferentes formas de atuação necessárias. Listamos algumas atuações possíveis em relação à temática (lista não exaustiva):

Âmbito Jurídico

A lei Estadual nº 14.187/2010 permite denúncias administrativas com penalidades como advertência, multa ou cassação de licença em caso de reincidência. Onde denunciar:

Portal Ouvidoria SP: Acesso em: <https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/Identificado.aspx>;

Presencialmente na Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, localizada no Largo Páteo do Colégio, 148 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP;

Registro criminal: Em casos de injúria racial ou racismo, registrar Boletim de Ocorrência na delegacia local ou na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) que, em São Paulo, fica localizada na Rua Brg. Tobias, 527 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP.

Instância Pedagógica

Para efetivarmos uma educação antirracista, algumas ações são indispensáveis:

Incorporar as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08 no currículo escolar;

Promover atividades regulares sobre diversidade e combate ao racismo;

Formação continuada: Capacitar professores e funcionários para lidar com questões étnicorraciais.

Esfera Psicológica

O processo de acolhimento das vítimas e acompanhamento de ofensores é fundamental para enfrentar e prevenir discriminações raciais nas escolas, construindo um ambiente seguro, confiável e transformador. Algumas abordagens para esse processo incluem:

Oferecer suporte emocional, físico e estrutural por meio de profissionais como psicólogos escolares, assistentes sociais e conselheiros tutelares;

Evitar (re)vitimização durante os processos de mediação e denúncia;

Trabalho com ofensores: Promover reflexões e atividades educativas que os ajudem a compreender os impactos de suas ações.

Âmbito Político

Conforme discutido anteriormente, o enfrentamento ao racismo é uma responsabilidade coletiva que precisa de engajamento comunitário para se efetivar. Por isso, algumas iniciativas podem ser significativas para estimular debates e ações de corresponsabilização sobre o assunto:

Criar um comitê escolar de diversidade, envolvendo professores, pais e estudantes para pensar ações de inclusão, diversidade e pertencimento ao longo do calendário escolar, evitando deixar a discussão isolada em momentos com o Novembro Negro;

Garantir que a escola atue como um agente transformador e conscientizador, divulgando para a comunidade as políticas públicas de promoção da igualdade racial, além de tê-las incorporadas em seu cotidiano.

Aplicabilidade da Lei Estadual N.º 14.187/2010 na escola: Quando denunciar?

No Estado de São Paulo, a lei de n.º 14.187, de 19 de julho de 2010, é uma das mais relevantes no combate ao racismo: essa legislação estabelece penalidades administrativas para atos de discriminação racial. Segundo a norma, consideram-se ações como impedir acesso a estabelecimentos públicos ou privados, recusar emprego ou dificultar ascensão profissional por motivos de raça ou cor. As sanções incluem multas e outras medidas administrativas. A lei também obriga a afixação de avisos em locais de uso coletivo informando sobre as penalidades para atos discriminatórios. No contexto escolar, podemos presenciar casos de discriminação racial praticados por:

Professores, gestores ou funcionários contra estudantes;

Estudantes contra outros estudantes;

A própria escola como instituição (racismo estrutural).

Segundo a legislação, algumas penalidades possíveis com advertência formal são:

Multas (até 1.000 UFESPs na primeira infração e 3.000 UFESPs em caso de reincidência).

Suspensão ou cassação da licença de funcionamento da escola.

Soluções alternativas que podem ser adotadas:

Mediação realizada nos CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos);

Ações afirmativas e campanhas educativas.

Além disso, trata-se de aplicar boas práticas no combate ao racismo, o que inclui:

Prevenção contínua;

Realizar palestras, oficinas e projetos sobre igualdade racial regularmente;

Incentivar a leitura de autores negros e a valorização da cultura afro-brasileira;

Transparência nos processos;

Garantia de corpo docente com diversidade racial;

Informar toda a comunidade escolar sobre os canais de denúncia e as medidas adotadas;

Monitorar e avaliar periodicamente as ações implementadas, além de coletar feedbacks da comunidade sobre as atividades desenvolvidas.



Locais e contatos para Denunciar Racismo

É de extrema importância, junto a isso, o encaminhamento das denúncias de discriminação racial por parte das escolas aos locais listados dos respectivos municípios do Estado de São Paulo. O fluxo de denúncia podem incluir os seguintes passos:

Delegacias Locais:

Dirigir-se à delegacia mais próxima para registrar um Boletim de Ocorrência;

Delegacias regionais podem encaminhar casos complexos ou específicos para a DECRADI ou o Ministério Público.

Conselhos Municipais de Igualdade Racial:

Muitos municípios possuem Conselhos Municipais de Igualdade Racial ou similares, que podem apoiar na orientação e acompanhamento dos casos;

É importante verificar a existência do conselho local junto à prefeitura e, na sua ausência, dialogar com o Conselho Municipal de Educação sobre a ocorrência.

Secretarias Municipais de Educação e Direitos Humanos:

Para casos no ambiente escolar, é recomendado encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, que deve garantir suporte pedagógico e jurídico para acompanhamento dos casos;

Secretarias de Direitos Humanos, onde existentes, costumam oferecer suporte e articulação com a rede de atendimento.

Centro de Integração da Cidadania (CIC):

Unidades no Estado: Centros da Secretaria de Justiça espalhados pelo Estado atendem denúncias de racismo e oferecem mediação comunitária;

Serviços: Auxiliam no registro de ocorrências e oferecem orientações sobre os direitos da vítima.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo:

Atendimento jurídico gratuito: Apoio para vítimas que necessitam de orientação ou representação em casos de racismo.

Contato: Verificar a unidade mais próxima no site oficial da Defensoria Pública, disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/>.

Conselho Tutelar (em casos envolvendo crianças e adolescentes):

Casos de discriminação envolvendo crianças e adolescentes devem ser comunicados ao Conselho Tutelar local, que atuará na proteção dos direitos da criança e adolescente.

Apresentamos, a seguir, uma lista de contatos importantes de denúncia ao racismo:

Ouvidoria SP: Portal Ouvidoria SP <https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/Identificado.aspx>.

DECRADI SP: (11) 3311-3556 ou (11) 3311-3555

Ministério Público SP: Portal MPSP <https://www.mpsp.mp.br>

Disque Direitos Humanos: Disque 100.

SOS Racismo da Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo: DISQUE DENÚNCIA - 0800 77 25 377 - Atendimento de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 19:00 horas. Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Monumental - sala T.15 - Ibirapuera.

E-mail: sosracismo@al.sp.gov.br

Referências:

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia (ed.). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 12 p.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Plano Juventude Negra Viva. Brasília, 2024.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil / Juvenicide: the expression of the necropolitics of the death of young people in Brazil. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 2359–2392, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/54377>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento Racial Crítico. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos e Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2022, p. 207-214.

HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante Editora, 2022.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFFJ.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTTS, Alex; (Orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectivas, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias (1978). **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

MOURA, Clóvis, **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: 5ª edição, 2014.

Expandindo Horizontes: Ferramentas de Conhecimento Antirracista

Texto por: Gal Martins⁹ e Victor Rinaldi¹⁰

Enfrentar o racismo exige mais do que boas intenções, é um compromisso contínuo de aprendizagem, reflexão e ação. Numa sociedade marcada por desigualdades estruturais, as ferramentas do conhecimento tornam-se indispensáveis para compreender e transformar a realidade. Por meio delas, é possível ampliar perspectivas, ouvir vozes historicamente silenciadas e construir um olhar crítico que contribua para uma sociedade mais justa e plural.

A luta antirracista não é apenas um movimento social, é também uma jornada pessoal e coletiva de desconstrução de preconceitos e práticas. O acesso a conteúdos que abordam o racismo em suas múltiplas dimensões, estrutural, histórico, cultural e psicológico, permite que identifiquemos como essas dinâmicas afetam diferentes pessoas de formas distintas. Além disso, oferecemos ferramentas para que possamos atuar de forma consciente na transformação dessas estruturas.

Livros e filmes nos conectam a narrativas de resistência e resiliência de pessoas e comunidades negras e indígenas, trazendo à tona histórias que frequentemente ficam à margem. Podcasts e artigos, por sua vez, promovem debates contemporâneos,

estimulando reflexões sobre temas que vão desde a violência racial até a potência das culturas negras e periféricas. Juntos, esses recursos ajudam a construir uma base sólida de conhecimento, essencial para qualquer prática antirracista.

Mais do que absorver informações, o acesso a esses conteúdos é um convite à ação. Eles nos mostram que o racismo não é apenas um problema de quem sofre suas consequências diretas, mas de toda a sociedade. Com isso, cada leitura, cada filme assistido ou cada episódio de podcast ouvido se transforma em uma oportunidade de agir, seja promovendo mudanças nas relações interpessoais, seja colaborando para a construção de políticas públicas antirracistas.

Este manual, portanto, é uma porta de entrada para um universo de histórias, saberes e reflexões que enriquecem e fortalecem o compromisso com a equidade racial. Que essas instruções inspirem não apenas o aprendizado, mas também a transformação em nós mesmos, em nossas comunidades e nas estruturas que regem o mundo. Afinal, o combate ao racismo é um projeto coletivo, e o conhecimento é uma de suas ferramentas mais poderosas.

⁹**Gal Martins** é artista, curadora e pensadora em dança, Mestranda em Artes da Cena, Doutora Honoris Causa em Arte e Cultura, Gestora Cultural e Socióloga. Fundadora e diretora artística da Cia Sansacroma e da Zona Agbara, criou e sistematizou a metodologia de formação e criação em dança denominada A Dança da Indignação, que questiona estéticas e políticas das corporalidades negras e dissidentes. Sua atuação se destaca na construção de olhares críticos e metodologias inovadoras que integram arte, território e resistência.

¹⁰**Victor Rinaldi** é produtor audiovisual e designer gráfico. Iniciou atividades no segmento Cultural em 2009 como Assistente de Produção. Durante o curso superior, em 2019, entrou no Movimento Estudantil, quando coordenou a Mostra Audiovisual da 12ª Bienal da UNE. Também coordenou o Circuito Universitário de Cultura e Arte da UEE SP (CUCA), participou da organização da 1ª Edição da Batalha da Nação (BDN – Campeonato Nacional de Batalha de Rima). Realizou Produção Artística e de infraestrutura em eventos municipais de São Paulo, como o Carnaval de rua de 2023 e 2024 e a Virada Cultural 2024, em que atuou como produtor artístico cenográfico do Vale do Anhangabaú.

Filmes

Eu Não Sou Seu Negro - Documentário baseado nos escritos de James Baldwin - Disponível no Google Play Filmes e YouTube Filmes

O Ódio que Você Semeia - Filme sobre violência policial - Disponível no Disney+

Panteras Negras: Vanguarda da Revolução - Documentário sobre o movimento das Panteras Negras - Google Play Filmes e YouTube Filmes

Cabra Marcado para Morrer - Documentário sobre o assassinato de um líder de movimento camponês - Disponível no Globoplay

Medida Provisória - Filme sobre distopia de retorno da população negra para o continente africano - Disponível no Google Play Filmes e YouTube Filmes.

A Cor Púrpura - O filme retrata as duras realidades enfrentadas pelos afro-americanos no sul dos Estados Unidos, incluindo a segregação racial, a violência e a opressão. Disponível no HBO Max

Moonlight - Um drama aclamado que explora a identidade e a sexualidade de um jovem negro crescendo em um bairro pobre de Miami. Disponível no Amazon Prime Video

A Negação do Brasil - O documentário de Joel Zito Araújo mergulha na história das telenovelas brasileiras, desvendando como a imagem do negro é construída e representada na televisão. Através de uma análise minuciosa, o filme revela a persistência de estereótipos e a negação da identidade negra nas tramas. Disponível no Globoplay

Hello, Privilege, it's me, Chelsea - O filme explora o conceito de privilégio branco e como ele se manifesta em diversas áreas da vida, desde a educação até o sistema legal. Disponível na Netflix

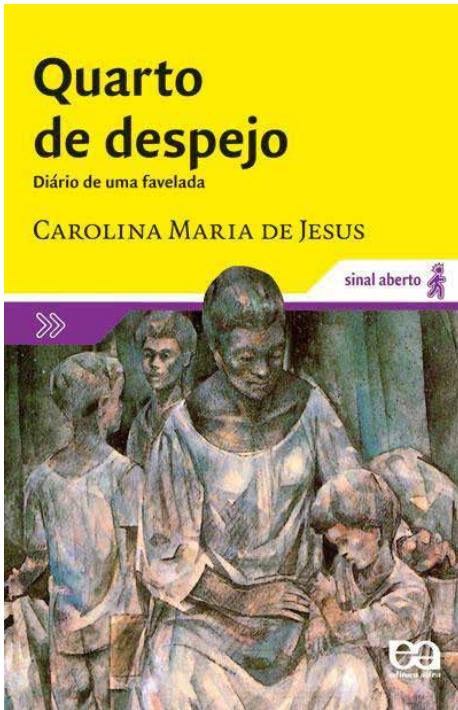
Entre os Muros da Escola - é um romance e um filme que retratam a realidade do ensino em escolas de periferia, com foco nas dificuldades enfrentadas pelos professores. Disponível no Amazon Prime Video

Ficção Americana - é um filme de comédia dramática que conta a história de Thelonious "Monk" Ellison, um romancista e professor de Los Angeles que se incomoda com a forma como a sociedade lucra com o entretenimento "negro". Disponível no Amazon Prime Video

Amarelo É tudo pra ontem - O documentário explora a história da cultura negra no Brasil nos últimos cem anos, a partir dos bastidores do show de Emicida no Theatro Municipal de São Paulo em 2019. O show foi apresentado em um local raramente frequentado por moradores da periferia. Disponível na Netflix




Livros

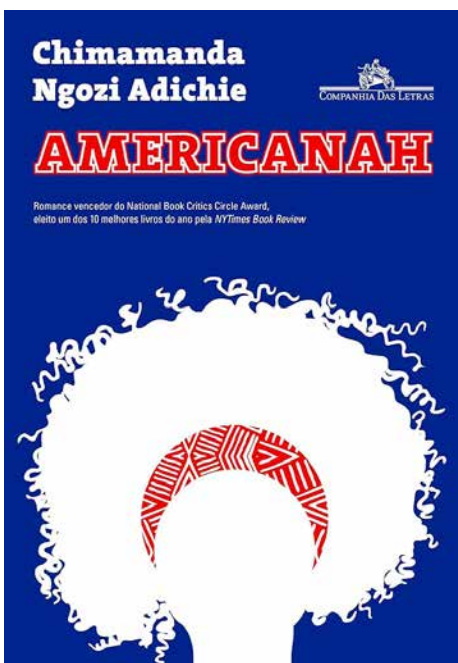
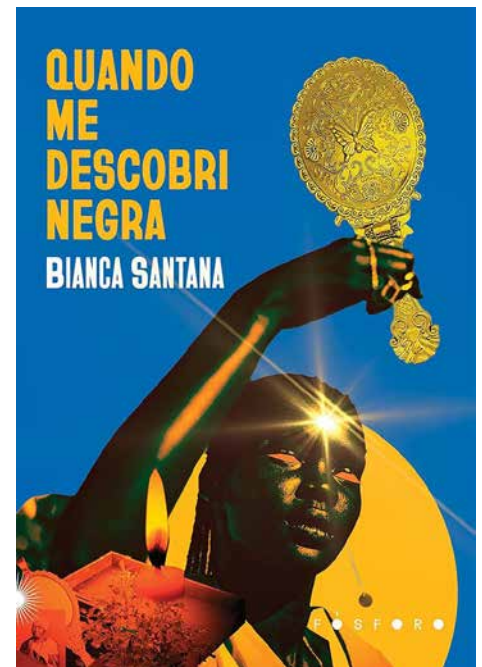


“Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”


de Carolina Maria de Jesus (Sacramento MG, 1914-1997), teve sua 1ª edição publicada pela editora da Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro em 1960. Hoje, é distribuído pela Editora Ática. Recebeu o selo “Altamente recomendável” da FNLIJ. Clássico que denuncia a pobreza e o racismo no Brasil.



“Quando me descobri negra”, de Bianca Santana (SP,1984); desde a 1ª edição publicada pela editora SESI-SP em 2015. Venceu em 2016 o Prêmio Jabuti na categoria Melhor Ilustração de Mateu Velasco. . A obra é um convite à reflexão, à auto descoberta e ao empoderamento.

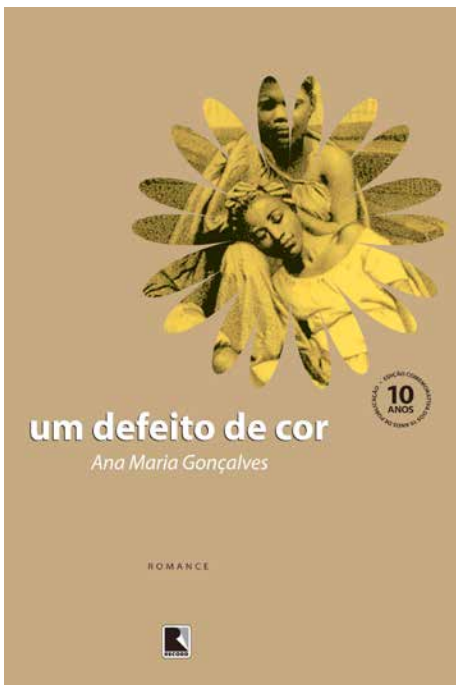
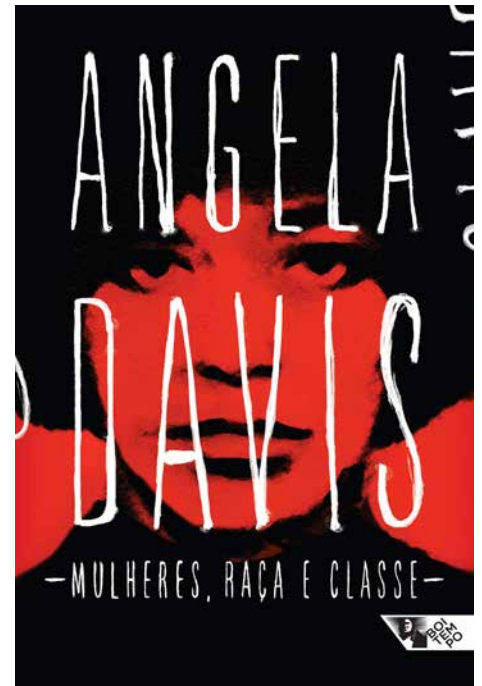


“Americanah”, o 3º romance de Nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (Enugu, 1977), ganhou o US National Book Critics Circle Award de 2013 por ficção. Foi lançado no Brasil pela editora Companhia das Letras em 2014. Romance premiado que narra a história de um casal nigeriano que tem seus destinos separados em busca de oportunidades fora de seu país.



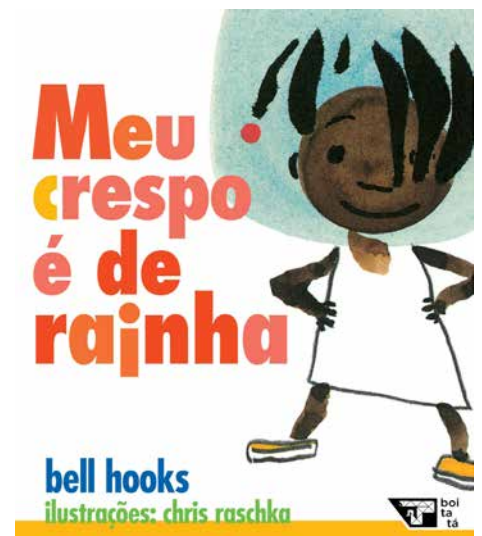
LIVROS

“**Mulheres, Raça e Classe**”, de Angela Davis (Alabama, 1944). Traduzido pela editora Boitempo (1981). Clássico que aborda temas atuais como raça, classe e os desafios enfrentados pelas mulheres negras na sociedade contemporânea.



“**Um Defeito de Cor**”, de Ana Maria Gonçalves (MG, 1970), Editora Record (2006), Autora:. A escrita de Ana Maria Gonçalves é rica em metáforas e descrições vívidas, tornando a leitura uma experiência única. Prêmio Casa de las Americas, Cuba. Eleito um dos 200 livros mais importantes para entender o Brasil nos seus 200 anos de Independência, pela Folha.

“**Meu Crespo é de Rainha**” de Bell Hooks (Kentucky 1952 - 2021) Tradução publicada em 2018 pela editora Boitatá. Incentiva as crianças a amarem a si mesmas, independente dos padrões de beleza impostos pela sociedade.



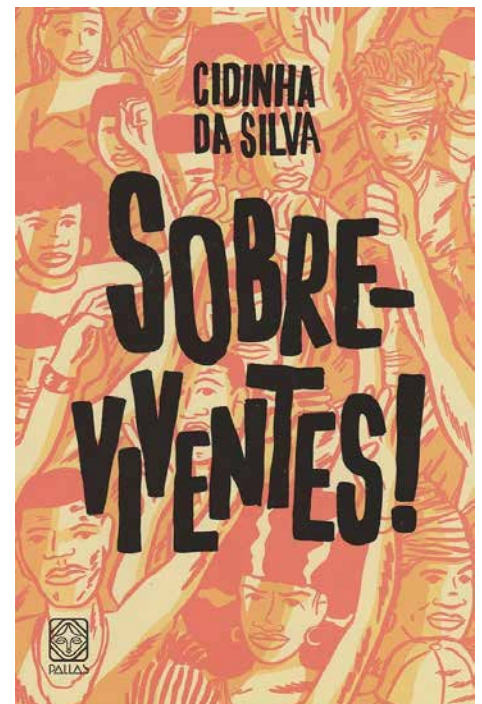
LIVROS



“E eu não sou uma mulher?” de Bell Hooks (Kentucky 1952 - 2021), Tradução em 2019 pela editora Rosa dos Tempos. leitura obrigatória para as questões relacionadas à mulheridade negra e na construção de um mundo sem opressão sexista e racial.



“Sobre-Viventes!” de Cidinha da Silva (Belo Horizonte, 1967), publicado no Rio de Janeiro em 2016 pela Editora Pallas, é um livro de crônicas contundentes sobre pessoas que muitas vezes são tornadas invisíveis ao olhar de uma sociedade racista e preconceituosa.



Conceição Evaristo
OLHOS D'ÁGUA



“Olhos D'água” - Conceição Evaristo (Belo horizonte, 1946), publicado no Rio de Janeiro, 2014, pela Editora Pallas. São 15 contos nos quais, a partir dos personagens a autora aborda temas como violência, fome, desigualdade social, exploração do trabalho, exploração sexual, preconceito racial, de classe e de gênero, e, em especial, aspectos da existência da mulher negra na sociedade brasileira. Conceição Evaristo foi a primeira mulher negra a tomar posse na Academia Brasileira de Letras.

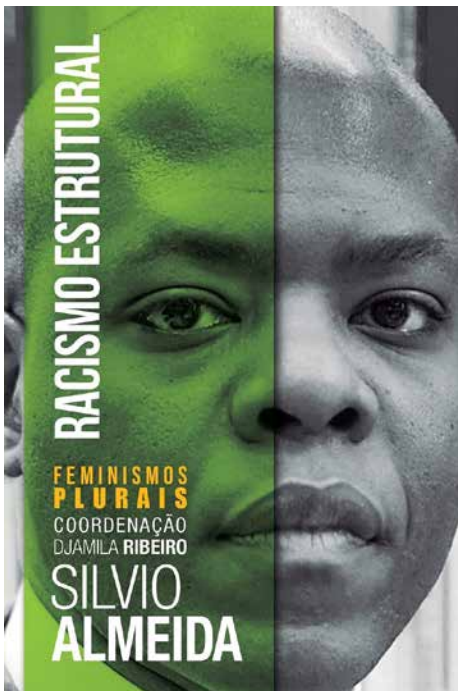
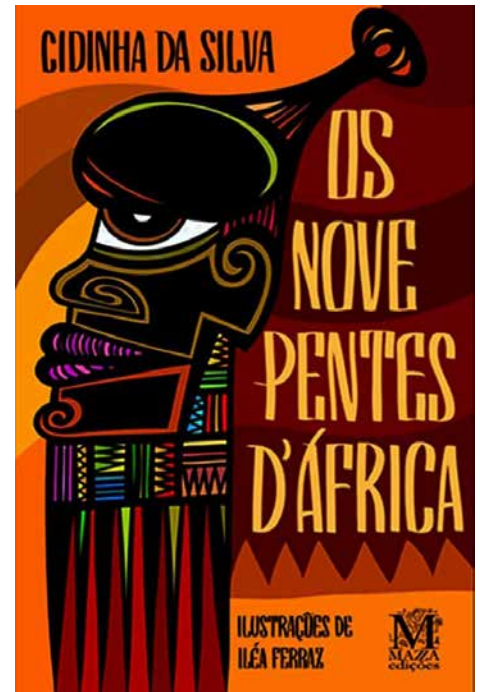


Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

BRASIL
2003 ANO 5 DO 1º PERÍODO

Livros

“Os Nove Pentes D’África” de Cidinha da Silva (Belo Horizonte, 1967), Editora Mazza Edições (2009). Livro Infanto-juvenil, incluído no Programa Nacional do Livro e Material Didático, que distribui obras didáticas, literárias e pedagógicas para escolas de ensino público fundamental de todo o país. A partir de nove pentes herdados por nove netos de seu avô artesão, o livro apresenta um enredo que entrelaça histórias, raízes, ancestralidade e memórias de modo a respeitar povos, gerações e culturas.

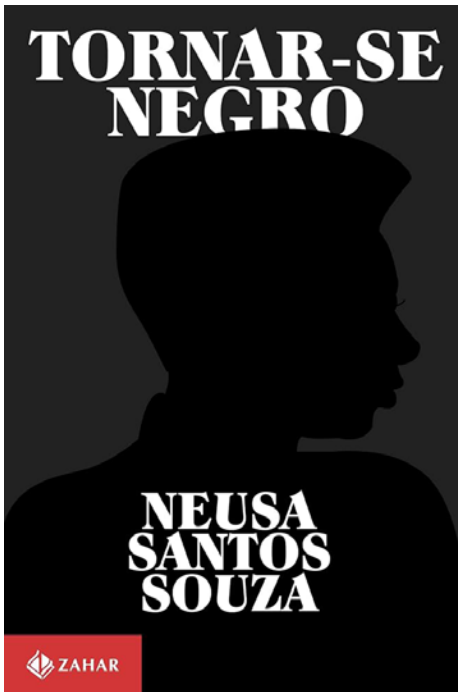


“Racismo Estrutural” de Silvio Almeida (São Paulo, 1976), publicado pela antiga Editora Pólen (hoje rebatizada de Jandaíra), São Paulo, em 2019. O livro é responsável por popularizar o conceito de racismo estrutural como comportamento social enraizado por séculos de prática, ao ponto de serem imperceptíveis.

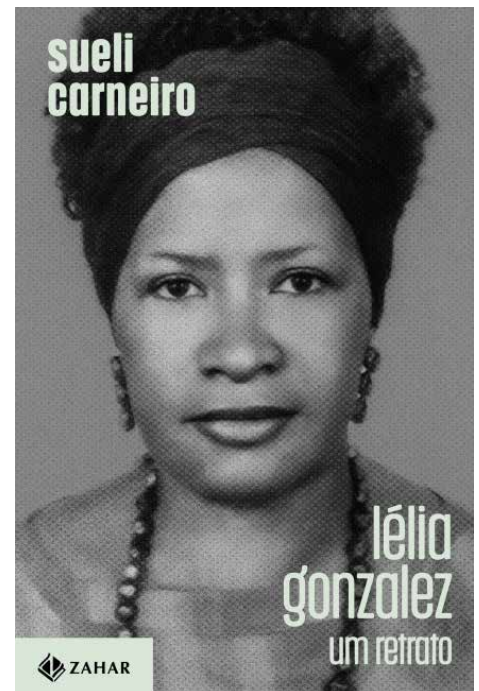
“Dispositivo de racialidade: A Construção do Outro como Não-Ser” como Fundamento do Ser de Sueli Carneiro (São Paulo, 1950), É a publicação de sua Tese de Doutorado em Filosofia da Educação na FFLCH-USP, publicada pela USP, São Paulo em 2005. Entre os mais relevantes livros de Filosofia política produzidos no Brasil, nele, a autora oferece uma apresentação contundente do racismo e defende seu enfrentamento sempre pelo Coletivo, onde o cuidado de si e do outro se fundem, fortalecendo a busca por emancipação.



LIVROS



“Tornar-se Negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” de Neusa Santos Souza (1948/2008), Editora Edições Graal (1983). O livro, pioneiro ao conectar a psicanálise à questão racial, é um marco e referência da psicologia preta no Brasil.



“Lélia Gonzalez” Um retrato de Sueli Carneiro (São Paulo, 1950), Rio de Janeiro, 2024, Zahar Edições. Lélia Gonzalez viveu entre 1935 e 1994 e tem uma biografia repleta de feitos extraordinários. O livro apresenta um belo e comovente retrato de uma das ativistas mais brilhantes do século XX, incluindo uma carta inédita de Lélia Gonzalez escrita aos 18 anos e a atualidade de seus pensamentos.

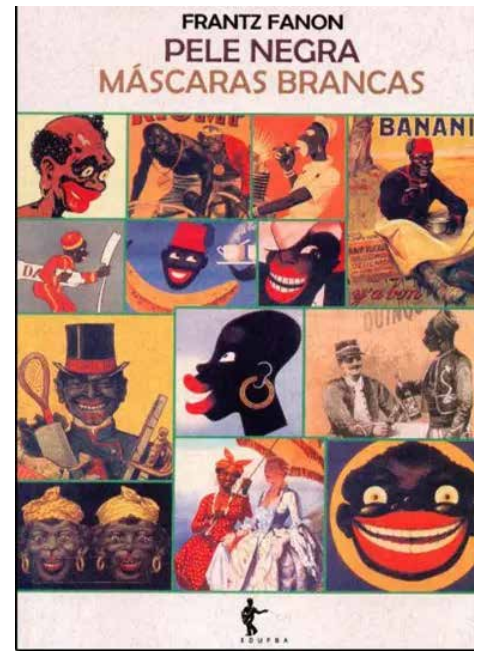


“Cartilha Saúde na Favela numa Perspectiva Antirracista” Uma iniciativa em parceria entre Fiocruz e Movimento Negro Unificado - MNU, a publicação foi lançada no Rio de Janeiro em 2023, quando também foi exibido o documentário “Saúde antirracista na favela, é possível?”. A Cartilha visa a formação e promoção da saúde com acolhimento, escuta ativa e enfoque antirracista, para uso de moradoras, moradores e profissionais dos territórios. Com 196 páginas organizadas em 7 temáticas, está disponível para download gratuito no Portal Fiocruz.



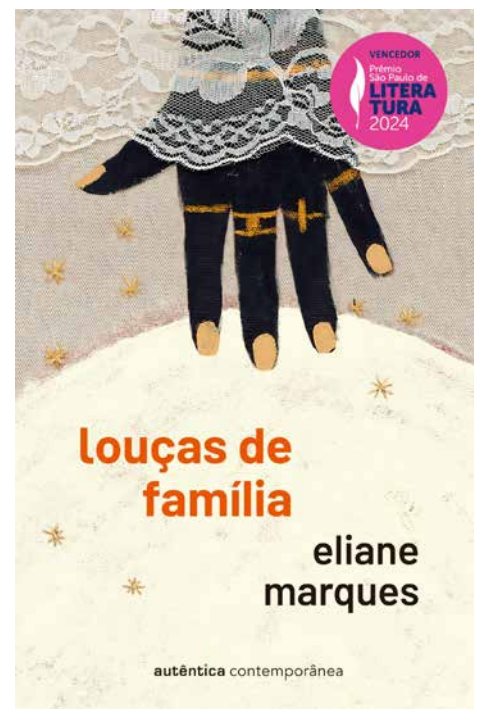
Livros

“**Pele Negra, Máscaras Brancas**” Frantz Fanon (1925/1961) Lançado na França em 1952 foi traduzido e publicado em Português em 1963 (editora não identificada). O livro descortina os mecanismos pelos quais a sociedade colonialista instaura, para além da disparidade econômica e social, a interiorização de uma inferioridade associada à cor da pele.

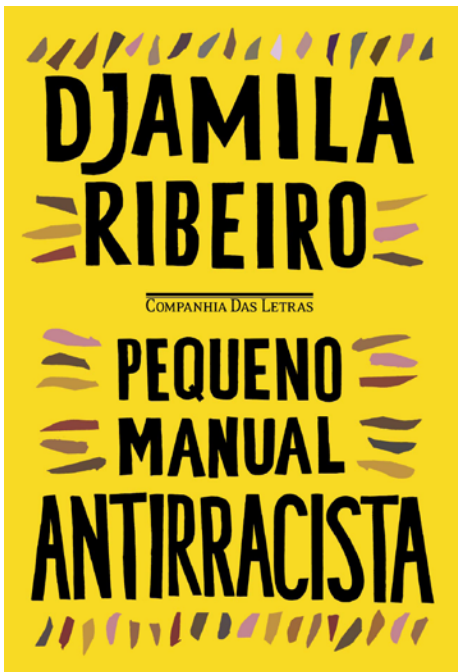


“**O Perigo da História Única**” de Chimamanda Ngozi Adichie (Enugu, 1977), Edição em português: São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Palestra do TED Talk transformada em livro, propõe que quanto maior a quantidade de narrativas diversas, mais completa será nossa compreensão sobre determinado assunto.

“**Louças de Família**” de Eliane Marques (Santana do Livramento, 1970), publicado pela Editora Autêntica Contemporânea, 2023, em São Paulo. A história se desenrola a partir da vida e morte de uma personagem, quando a narradora Cuandu tece uma teia de ancestralidade explorando histórias de sua avó, mãe, tia e outras mulheres da família que serviram à famílias brancas ao longo das gerações. Recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura de 2024.



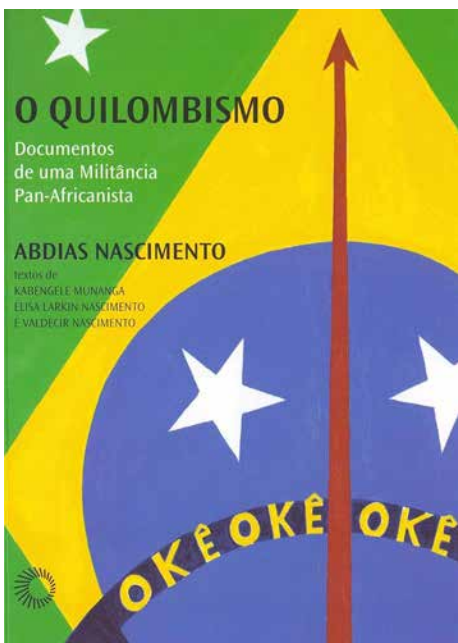
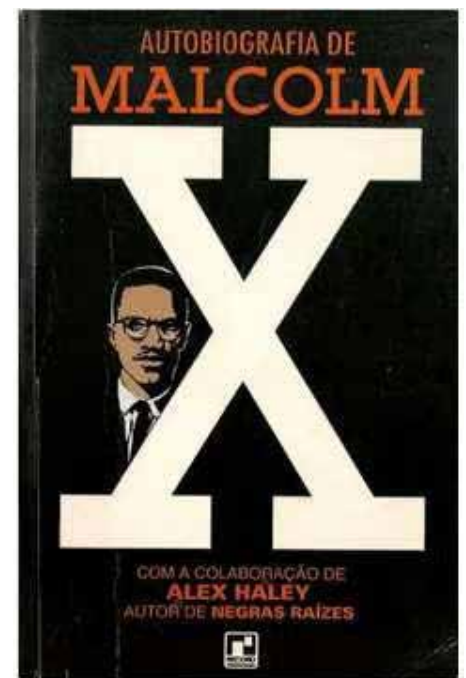
LIVROS



“**Pequeno Manual Antirracista**” de Djamila Ribeiro (Santos, 1980), publicado pela editora Companhia das Letras, 2019, em São Paulo. Vencedor do Prêmio Jabuti de 2020 na categoria Ciências Humanas. Além da abordagem didática para contextualizar o racismo no Brasil e como ele afeta as atitudes das pessoas, a autora ensaísta inclui outras referências de outros autores para ampliar o conhecimento de quem o lê.



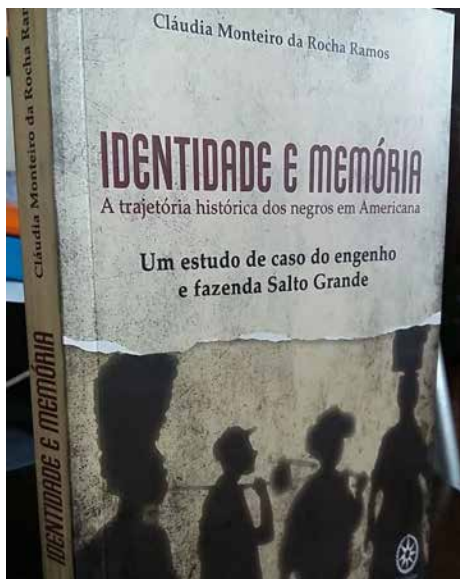
“**Autobiografia de Malcon X**” Malcon X (1925 - 1965) e Alex Haley, Editora Record (1979). Malcolm X revela sua transformação de um jovem delinquente em um pregador carismático e defensor da igualdade racial. O livro explora as experiências de Malcolm X com o racismo sistêmico nos Estados Unidos e sua busca por justiça social.



“**O quilombismo**” Abdias Nascimento (Franca, 1914 - 2011), Editora Perspectiva (1980). recebeu, entre outras distinções, os prêmios Unesco de Direitos Humanos e Cultura de Paz, em 2001, e o Toussaint-Louverture, em 2004, pelo conjunto de sua obra artística, intelectual e político-ativista.

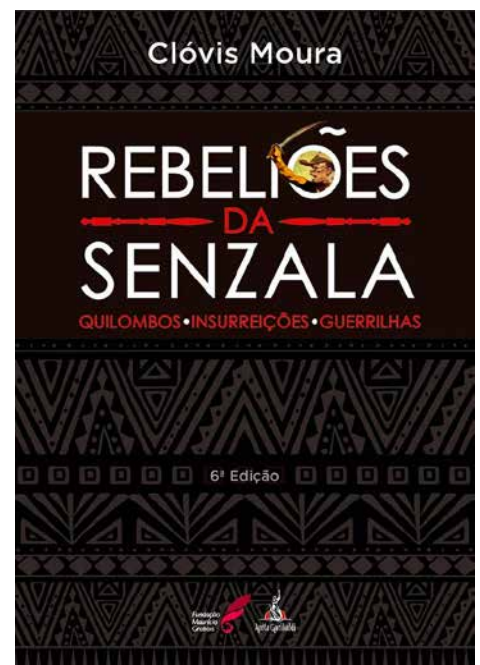
LIVROS

“**Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**” elaborado e publicado pelo ISA (Instituto Socioambiental - 2008).



“**Identidade e Memória, a trajetória histórica dos negros em Americana**” Claudia Monteiro e Rocha Ramos , 1ª edição – São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2022. Resgatar a história do povo negro para a formação econômica, social, artística e cultural em Americana é o objetivo do livro.

“**Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas**” de Clóvis Moura, publicado pela Editora Anita Garibaldi - São Paulo, 2014. A obra foi pioneira ao abordar de forma sistemática as rebeliões negras no Brasil, demonstrando sua abrangência histórica. Moura rompeu com a visão do negro passivo, destacando seu papel ativo no processo abolicionista e reconhecendo-o como sujeito da própria história.



Podcasts

Nomes com links ativos para a plataforma

O Lado Black - Reflexões sobre vivências negras e cultura

Negra Voz - Discussões sobre temas raciais com convidados negros.

Pretoteca - Por Band News FM, aborda racismo e cultura negra.

Diálogos Pretos - Podcast da Rede Afrolatinas com debates culturais e sociais.

Bombozila - Plataforma de streaming que conecta movimentos sociais e lutas por justiça.

O Negro da Semana - De Alê Garcia, que conta histórias de figuras negras históricas.

Projeto Querino - Podcast narrativo produzido pela Rádio Novelo de jornalismo investigativo sobre racismo no Brasil.

Ubuntu Esporte Clube - Rafaelle Seraphim, Diego Moraes, Marcos Luca Valentim, Pedro Moreno e Thales Ramos trazem uma visão afrocentrada sobre o esporte, cultura, política e demais assuntos no Globoesporte.com.

Feito por Elas - Isabel Wittmann e Camila Henriques apresentam o podcast com Foco em mulheres no cinema, em episódios que abordam a raça.

Resenha Preta - Osvaldo Marcineiro apresenta o podcast que debate sobre questões culturais, sociais e políticas.

Questão Quilombola (Mano a Mano) (ao vivo - vídeo) Mano a Mano
Mano Brown entrevista Silvio Almeida, Selma Dealdina e Jurandy Pacífico

Entrevista com Djamila Ribeiro (Mano a Mano) Djamila foi um dos nomes mais pedidos pra ser recebida no Mano a Mano, sendo uma das intelectuais brasileiras mais importantes da atualidade.

Textos e Artigos

Nomes com links ativos para a plataforma

A Invenção das Tradições Africanas - Stuart Hall
Sobre cultura e identidade na diáspora africana.

Pedagogia do Oprimido - Paulo Freire - Discussão
sobre educação como prática de liberdade.

O que é Racismo Estrutural? - Silvio Almeida
(artigos complementares ao livro).

Lugar de Fala - Djamila Ribeiro - Artigos e entre-
vistas sobre o conceito.

Racismo Ambiental - Lélia Gonzalez - Discussões
pioneiras sobre justiça ambiental e raça.

Consciência Negra e Educação Popular - Abdias
do Nascimento, textos que unem racismo e práticas
pedagógicas.

**A Redenção do Negro: Raça e Religião no Brasil
Contemporâneo** - Flávio Gomes - Análise da reli-
giosidade e resistência negra.

Democracia Racial no Brasil - Anani Dzidzienyo
Crítica à ideologia da democracia racial.

O Crime do Cais do Valongo - Textos sobre o porto
e a memória da escravidão no Brasil.

A Afirmação do Feminismo Negro - Sueli Carneiro
Reflexões essenciais sobre gênero e raça.

Portais

Wikfavelas - dicionário de Favelas Marielle Franco:
Plataforma virtual de acesso aberto para a cole-
ção e produção de conhecimentos sobre favelas
e periferias.

Alma Preta - agência de notícias e comunicação
especializada na temática étnico-racial no Brasil

Portal Geledés - Site do GELEDÉS INSTITUTO DA
MULHER NEGRA, organização da sociedade civil
que se posiciona em defesa de mulheres e negros
por entender que esses dois segmentos sociais pa-
decem de desvantagens e discriminações no acesso
às oportunidades sociais em função do racismo e
do sexismo vigente na sociedade brasileira.

Blogueiras Negras - veículo de comunicação, com
textos originais, escritos por mulheres negras e
afrodescendentes sobre projetos feministas e an-
tirracistas da sociedade.